

Uma Análise Sobre a Maturidade dos Controles Internos e a Qualidade da Informação Contábil nas Capitais Brasileiras

André Luís dos Santos Alves

Universidade Federal de Pernambuco

Iago Gomes de Carvalho Bueno

Universidade Federal de Pernambuco

Maurício Assuero Lima de Freitas

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

O presente estudo busca verificar a relação entre o nível de maturidade dos controles internos das capitais dos Estados brasileiros e a qualidade da informação contábil elaborada e divulgada. Para analisar essa relação, foi utilizado um modelo Regressão Linear Múltipla com dados de uma amostra composta pelas capitais brasileiras que participaram do estudo do nível de maturidade de controle interno do CONACI (Conselho Nacional de Controle Interno). As informações utilizadas na pesquisa foram obtidas através das bases de dados da Secretaria do Tesouro Nacional – Ranking Siconfi, bem como do estudo do CONACI. Os resultados apontam para o fato de que há uma significância estatística entre o nível de maturidade do Controle Interno e a qualidade da informação contábil. Adicionalmente, o estudo mostra que o PIB per capita não é estaticamente significativo em relação à qualidade da informação contábil elaborada e divulgado pelo município.

Palavras chave: Controle Interno. Informação Contábil. Transparência. Governança.

1. INTRODUÇÃO

O ato de controlar atividades já está presente na sociedade há muito tempo. Montesquieu, no século XVIII, publicou a obra “O espírito das leis” na qual afirmava que “todo homem que tem em mãos o poder é sempre levado a abusar dele, e assim irá seguindo, até que encontre algum limite.”. Nesse contexto, surge a necessidade de impor controle sobre a atuação dos que detém o poder ou que atuam em nome de outros. Assim, Castro (2014) afirma que controlar o poder é impor limites aos governantes, é orientar a melhor utilização dos recursos disponíveis de forma organizada e ponderada.

Atualmente, vive-se uma crescente demanda da sociedade por transparência, eficiência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Esse cenário tem contribuído para a ampliação do debate acerca da importância da qualidade das informações contábeis que são elaborados e divulgadas pelos entes públicos, uma vez que tais informações são essenciais para instrumentalização do controle social e auxiliam no atendimento desses anseios da sociedade por transparência e gestão responsável dos recursos públicos.

Os controles internos podem ser desenhados e implementados para ajudar, dentre outros aspectos, na asseguarção da integridade e confiabilidade dos registros contábeis. No entanto, a efetividade desses controles depende do seu grau de maturidade, que pode ser entendido como o nível de desenvolvimento e eficácia dos processos de controle implementados. Organizações públicas com sistemas de controle interno maduros tendem a apresentar melhores práticas de

registro, maior conformidade com normas contábeis e maior capacidade de prevenir e detectar erros ou irregularidades que possam comprometer a qualidade das demonstrações financeiras.

Diante do exposto até o momento, este artigo tem como objetivo investigar a relação entre o nível de maturidade dos controles internos das capitais de Estados brasileiros e a qualidade da informação contábil divulgada por elas, buscando evidenciar como a evolução desses mecanismos pode contribuir para o aprimoramento das divulgações contábeis e, por consequência, para a melhoria do controle social e da prestação de contas. Para tanto, o estudo fundamenta-se em referenciais teóricos sobre controle interno, qualidade da informação contábil e governança pública, além de analisar práticas adotadas por entes federativos brasileiros. Para realizar esse trabalho, serão utilizados a base de dados elaborada com base nos estudos do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e do Banco Mundial e o Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Por fim, este artigo está estruturado em 6 seções, além da introdução. A primeira seção é dedicada à contextualização do problema. Em seguida, é detalhada a revisão da literatura enfatizando os principais autores que suportam o desenvolvimento teórico desse trabalho. Na seção seguinte, a metodologia é explicada através da exposição dos critérios de definição da amostra, das variáveis, do modelo econométrico e dos procedimentos de coleta de dados. Posteriormente, os resultados encontrados são analisados e apresentados. Por fim, é apresentada a conclusão dos trabalhos, bem como as referências utilizadas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Do ponto de vista normativo, o sistema de controle interno na administração pública brasileira foi instituído, no âmbito federal, pela Lei 4.320/64, entretanto, passou por uma série de modificações realizadas através por instrumentos normativos como o Decreto-Lei 200/67 e a Constituição Federal de 1967. No entanto, esse sistema ganhou maior destaque a partir da sua disposição na Constituição Federal de 1988. Vejamos abaixo o que a Carta Magna preconiza sobre o tema:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Além do dispositivo constitucional exposto acima, outras leis que fazem parte do arcabouço normativo brasileiro atribuíram mais competências ao controle interno, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Já a NBC T 16.8 preconiza que o controle interno sob o enfoque contábil tem a finalidade de:

(a) salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;

(b) dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;

(c) propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;

(d) estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas;

(e) contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade;

(f) auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações

Além disso, enfatiza que uma das classificações do controle interno é o contábil que está relacionado à veracidade e à fidedignidade dos registros e das demonstrações contábeis.

No que tange à qualidade da informação no setor público, observa-se que, nas últimas décadas, isso tornou-se elemento central não apenas para o atendimento às exigências legais e normativas, mas também para o fortalecimento do controle social, da responsabilização dos gestores públicos e da efetividade das políticas públicas.

Nesse cenário, a informação contábil pública deve ser compreendida como um instrumento fundamental de suporte à tomada de decisão, planejamento orçamentário e avaliação de desempenho governamental. Segundo o NBC TSP Estrutura Conceitual, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a informação contábil se torna útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos quando apresentam algumas características. Observe-se:

As características qualitativas da informação incluída nos RCPGs são a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade. (NBC TSP Estrutura Conceitual)

Sendo assim, quando atendidos os requisitos de qualidade, essa informação permite que diferentes *stakeholders*, como órgãos de controle, gestores, parlamentares e cidadãos, avaliem a conformidade da aplicação dos recursos públicos, os riscos assumidos e os resultados alcançados em relação aos objetivos declarados.

Por outro lado, a baixa qualidade da informação contábil pode comprometer a credibilidade das demonstrações financeiras, dificultar a gestão responsável dos recursos públicos e fragilizar a confiança da sociedade nas instituições governamentais. Em especial, no contexto de países em desenvolvimento, onde há desafios estruturais na gestão pública, a melhoria da qualidade da informação contábil representa um passo crucial para a promoção da governança e da integridade.

Dessa forma, compreender os fatores que afetam a qualidade da informação contábil no setor público, é essencial para o aperfeiçoamento da administração pública e para o avanço da transparência e *accountability*.

Diante do exposto, observa-se que a qualidade da informação contábil é essencial para viabilização do controle social e transparência pública efetiva. Adicionalmente, os controles internos desempenham importante papel relacionado ao processo de geração e processamento das informações contábeis. Sendo assim, com esse trabalho pretende-se responder à seguinte questão orientadora: O nível de maturidade dos controles internos das capitais dos Estados brasileiros influencia a qualidade da informação contábil elaborada e divulgada?

3. REVISÃO DA LITERATURA

Este tópico trata do referencial teórico, ou seja, traz as teorias bases para avaliar o problema e recupera trabalhos anteriores que já abordaram a questão e/ou a metodologia.

3.1. REFERENCIAL TEÓRICO

A Teoria da Agência estuda as relações de agência, que consistem, segundo Jensen e Meckling (1976), no contrato sob o qual uma ou mais pessoas (principal) emprega uma outra pessoa (agente) para executar em seu nome um serviço que implique a delegação de algum poder de decisão ao agente. Adicionalmente, os mesmos autores afirmam que, se ambas as partes da relação forem maximizadoras de utilidade, há boas razões para acreditar que o agente nem sempre agirá de acordo com os interesses do principal.

Os conceitos abordados pela Teoria da Agência podem ser aplicados no contexto do setor público, uma vez que, segundo Oliveira e Fontes Filho (2017), o contrato entre cidadãos e políticos pode ser considerado como uma relação de agência. Assim, ao analisarmos o relacionamento entre os cidadãos (principal) e os seus representantes eleitos (agentes), haveria uma relação de agência, tendo em vista que, estes são nomeados para representar aqueles na tomada de decisão e gestão dos recursos públicos.

Nesse cenário de relações de agência é que podem surgir os chamados conflitos de agência, que são derivados da divergência de interesses entre principal e agente. Diante dessa perspectiva, é necessário a implantação de mecanismos para minimização de tais riscos. Portanto, no caso em que estamos diante de representantes gerindo recursos de uma coletividade e tomando decisões em seu nome, há a necessidade de instituição de mecanismos de controle, transparência e governança de modo a minimizar o risco de atuação do agente em desacordo com os interesses do principal.

Um dos fenômenos que gera conflitos de agência é a assimetria informacional, que se configura quando uma das partes da relação possui mais informações acerca da transação. Essa assimetria está presente no setor público, uma vez que os políticos possuem mais informações do que os cidadãos. Desse modo, é essencial que sejam adotadas medidas para reduzir essa assimetria informacional.

3.2. ANTECEDENTES

Em linha com o que foi apresentado na seção anterior, é importante ressaltar que uma das formas de mitigar a assimetria de informações é através da divulgação de relatórios contábeis acerca do desempenho e situação patrimonial, financeira e orçamentária dos entes públicos. Logo, considerando que a transparência e a prestação de contas na administração pública são fortemente dependentes da qualidade da informação contábil (Desimone, 2017), a contabilidade atua como uma importante ferramenta para viabilização do controle social, tendo em vista que este necessita de informações de qualidade acerca do ente para que seja adequadamente realizado.

Nessa seara de avaliação dos controles internos e a qualidade da informação contábil, Al-Kharusi e Matriano (2022) investigaram como as atividades de controle interno afetam a qualidade dos relatórios financeiros e concluíram que, no contexto de Omã, sistemas de controle interno eficazes estão positivamente associados à confiabilidade, exatidão e integridade das informações contábeis. Já Dewi et al (2020) investigaram como as normas de contabilidade governamental, os controles internos, a qualidade dos profissionais e o uso da Tecnologia da Informação influenciam a qualidade dos relatórios financeiros no setor público da Indonésia e identificaram que o fator mais significativo foi o sistema de controle interno (SCI), visto que uma boa implementação de SCI melhora a confiabilidade das informações, previne fraudes e garante conformidade legal.

Um sistema de controle interno robusto pode ser visto como a base para garantia da qualidade da informação contábil, pois melhora a integridade e transparência; garante a correção tempestiva e assegura a legalidade e conformidade. (Luo, 2017). Nesse sentido, a administração pública deve dispor de uma estrutura de controles internos adequada de modo a possibilitar a elaboração e divulgação de relatórios contábeis de qualidade e, assim, fornecer as informações necessárias e compreensíveis para a sociedade em geral.

Um relatório de qualidade deve ser compreensível, relevante, fidedigno, comparável, imparcial, oportuno e completo (Vitolla et al, 2020) e o controle interno têm impacto direto e significativo na qualidade destes relatórios. A sua atuação é fundamental para fortalecer a

governança, elevar a confiança pública e garantir informações contábeis úteis e fidedignas (Mursyida e Maulina, 2023).

Além da implantação de atividades de controle interno, é necessário verificar periodicamente se ele está, ao longo do tempo, atuando de maneira eficaz, ou seja, se os controles internos implementados são capazes, de fato, de mitigar os riscos aos quais a organização está exposta. Nesse contexto, o papel de realizar testes para verificação da eficácia dos controles internos, normalmente, cabe ao setor de auditoria interna das entidades. Em linha com essa argumentação, DeSimone (2017) verificou que, no contexto americano, os Estados com unidades de auditoria interna independentes apresentaram menor incidência de erros contábeis, menos ajustes e menos pareceres com ressalvas. Sendo assim, a auditoria interna pode ser considerada um pilar essencial da governança contábil no setor público.

4. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto, selecionou-se as capitais brasileiras que participaram do estudo do nível de maturidade do controle interno do CONACI como parte da amostra que será objeto da nossa análise. Sendo assim, as capitais para as quais não havia informação acerca da avaliação do controle interno foram excluídas da amostra, que consta na tabela descrita abaixo.

Tabela 1 - Características da amostra

Estado	Município	População estimada
Alagoas	Maceió	957.916
Amazonas	Manaus	2.063.689
Bahia	Salvador	2.417.678
Ceará	Fortaleza	2.428.708
Espírito Santo	Vitória	322.869
Goiás	Goiânia	1.494.599
Maranhão	São Luís	1.037.775
Mato Grosso	Cuiabá	650.877
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	898.100
Minas Gerais	Belo Horizonte	2.315.560
Pará	Belém	1.303.403
Pernambuco	Recife	1.488.920
Rio Grande do Norte	Natal	751.300
Rondônia	Porto Velho	460.434
Santa Catarina	Florianópolis	537.211
São Paulo	São Paulo	11.451.999
Sergipe	Aracaju	602.757
Tocantins	Palmas	302.692

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo do IBGE (2022).

A tabela 1 especifica quais os municípios da amostra e sua a população, por estado, que constam na base dados do IBGE relativa ao censo realizado em 2022.

A análise quantitativa mensura a influência do nível de maturidade das atividades de controle interno implementadas pelos municípios na qualidade da informação contábil elaborada e divulgada pelos entes. Para realização da análise quantitativa, será utilizado o modelo Regressão Linear Múltipla, dado por:

$$\ln(QLD_i) = \beta_0 + \beta_1 \ln(MAT_i) + \beta_2 \ln(PIB_i) + u_i \quad (1)$$

com a finalidade de identificar o impacto maturidade dos controles internos, e do PIB, sobre qualidade da informação contábil, considerando que *QLD* é a nota do *ranking* da Qualidade da

Informação Contábil para o município; *MAT* é a nota do nível de maturidade dos controles internos para o município e *PIB* é a o produto *per capita* de cada município e *u* é o termo de erro.

A variável do *ranking* da Qualidade da Informação Contábil consta na base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), sendo aqui tratada como a Qualidade da Informação Contábil (QLD), com valores contínuos até 150.

O objetivo do Ranking da Qualidade da Informação Contábil é avaliar a qualidade da informação e a consistência dos relatórios e demonstrativos contábeis e fiscais que o Tesouro Nacional recebe, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) de todos os entes federativos, ou seja, da União, dos estados e dos municípios brasileiros. A nota é calculada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com base nas seguintes dimensões:

- Gestão da Informação:** Reúne as verificações que analisam o comportamento do ente federativo no envio e manutenção das informações no Siconfi. Ex.: envio de todas as declarações, envios no prazo, quantidade de retificações, estrutura das matrizes de saldos contábeis entre outras;
- Informações Contábeis:** Compreende as verificações que avaliam os dados contábeis recebidos em relação à adequação às regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, consistência entre os demonstrativos, dentre outros;
- Informações Fiscais:** Agrupa as verificações pertinentes à análise dos dados fiscais contidos nas declarações. Ex.: adequação às disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, consistência entre demonstrativos, dentre outras. São analisados os dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre ou 2º semestre de todos os poderes/órgãos;
- Informações Contábeis x Informações Fiscais:** Efetua o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais avaliando a igualdade de valores entre demonstrativos diferentes. São analisados os dados da Declaração de Contas Anuais (DCA), do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre, do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre ou 2º semestre de todos os poderes/órgãos e a Matriz de Saldos Contábeis de dezembro.

Com base nas notas atribuídas em cada uma dessas dimensões é calculada a nota geral que será utilizada no ranking da qualidade da informação contábil.

No que tange às variáveis independentes, detalhamos cada uma delas na tabela abaixo:

Tabela 2 – Variáveis independentes

Variável	Nomenclatura	Sigla	Descrição	Fundamentação
Explicativa	Nível de Maturidade das Atividades de Controle Interno	MAT	Variável numérica que representa o nível de maturidade da dimensão do COSO denominada Atividades de Controle de acordo com o estudo realizado pelo CONACI	Mursyida e Maulina (2023) AL-Kharusi e Matriano (2022) Dewi et al (2020) Luo (2017)
	PIB per capita	PIB	Variável numérica que representa o valor relativo ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município.	Silva (2019) Gomes e Silva (2022)

Fonte: Elaboração própria.

As informações relacionadas ao nível de maturidade das atividades de controle interno foram obtidas a partir da base de dados disponibilizada pelo Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI). Já as informações de Produto Interno Bruto (PIB) per capita foram obtidas através de consulta ao sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As variáveis elencadas acima foram selecionadas com base na revisão da literatura que foi realizada. A maturidade dos controles internos foi elencada como fator relevante para a qualidade da informação contábil elaborada e divulgada em diversos estudos. Al-Kharusi e Matriano (2022) demonstraram que sistemas de controle interno eficazes estão positivamente associados à confiabilidade, exatidão e integridade das informações contábeis. Já Dewi et al (2020) concluíram que o sistema de controle interno é um dos fatores que mais influenciam a qualidade dos relatórios financeiros no setor público da Indonésia, visto que uma boa implementação de SCI melhora a confiabilidade das informações, previne fraudes e garante conformidade legal.

Luo (2017) vão no mesmo sentido, ao identificar que um sistema de controle interno robusto pode ser visto como a base para garantia da qualidade da informação contábil, pois melhora a integridade e transparência; garante a correção tempestiva e assegura a legalidade e conformidade. Por fim, Mursyida e Maulina (2023) afirmam que o controle interno tem impacto direto e significativo na qualidade dos relatórios contábeis. Com relação ao PIB per capita, os estudos de Silva (2019) demonstram que essa variável interfere positivamente para a melhoria da qualidade das informações municipais.

Na seção a seguir serão abordados os resultados obtidos através da aplicação do modelo econométrico proposto. Para realizar a execução do modelo foi utilizada a ferramenta IBM SPSS Statistics.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa seção, serão discutidos os resultados identificados mediante a aplicação, utilizando o software SPSS, do modelo econométrico nos dados coletados durante o trabalho. Para a execução do modelo econométrico no software SPSS, foi aplicado o logaritmo neperiano com a finalidade de reduzir as assimetrias, linearizar as relações e minimizar o impacto de outliers.

Para obter os parâmetros do modelo (1) foi observado que os dados não apresentaram multicolinearidade, posto que o Fator de Inflação da Variância (VIF) para as variáveis $\ln(MAT)$ e $\ln(PIB)$ é 1,096 com tolerância de 0,913.

Tendo em vista que não foi verificada a presença de multicolinearidade, o modelo econométrico proposto foi executado e foram obtidos os resultados que constam na tabela 4.

Tabela 4: Parâmetros da regressão do modelo 1

Variáveis	Coefficientes	Erro padrão	p-valor
$\ln(MAT)$	0,116	0,047	0,026
$\ln(PIB)$	0,034	0,082	0,684

Fonte: elaboração própria. $R^2 = 0,579$ $F_{(1,16)} = 0,047$

A tabela 5 mostra que 57,9% da variável nota do ranking de qualidade são explicadas pelas variáveis das variáveis maturidade e PIB *per capita*, entretanto, esta variável não se mostra significativa ao nível de 5%.

Com base nos resultados encontrados na tabela 5, é possível observar que o resultado da regressão indica que é estatisticamente significativa a relação entre a qualidade da informação contábil elaborada e divulgada pelos municípios (capitais) e o nível de maturidade das atividades de controle interno no município. Al-Kharusi e Matriano (2022) afirmam, no

seu trabalho, que a qualidade da informação contábil depende diretamente da existência de controles bem estruturados, alinhados aos padrões contábeis e auditados continuamente. Sendo assim, componentes como o ambiente de controle, atividades de controle, avaliação de riscos, informação e comunicação são fundamentais para garantir a qualidade da informação contábil.

Os autores ainda concluem que, quanto mais eficaz e eficiente o controle interno, maior a confiabilidade, honestidade e ausência de fraudes ou erros nos relatórios contábeis. Quando confrontamos os resultados do presente artigo com os obtidos por Al-Kharusi e Matriano (2022), observa-se que controles internos bem estruturados e implementados influenciam positivamente na qualidade da informação contábil elaborada e divulgada pelo município.

Nessa linha de raciocínio, Dewi et al (2020) afirmam que um controles internos bem estruturados contribuem para confiabilidade das demonstrações contábeis, eficiência na gestão dos recursos públicos, conformidade com leis e regulamentos, bem como a proteção do patrimônio público. Adicionalmente, também ensina que isso ocorre porque a supervisão e controle realizados pelo sistema impactam diretamente na eficácia da gestão financeira pública. Nesse mesmo sentido, Mursyida e Maulina (2023) afirmam que os controles internos são determinantes para a qualidade dos relatórios financeiros da organização. Além disso, sua maturidade e eficácia contribuem diretamente para a confiabilidade, acurácia e transparência das informações contábeis divulgadas. Os mesmos autores também elencam os seguintes benefícios que o controle interno bem estruturado pode trazer para as organizações:

- Assegura a precisão dos registros financeiros, garantindo que todas as transações estejam corretamente registradas;
- Reduz riscos de erros e fraudes, tornando as demonstrações mais confiáveis;
- Assegura conformidade com normas e políticas, evitando impactos legais e reputacionais;
- Facilita a transparência e a prestação de contas, promovendo confiança entre investidores, credores e órgãos reguladores.

Já Luo (2017) sustenta que um sistema de controle interno eficaz é condição necessária para assegurar a integridade, a fidedignidade e a legitimidade da informação contábil. Segundo o autor, os controles internos atuam como um “estabilizador” para a governança corporativa e a transparência informacional.

Com relação à variável do PIB per capita, esperava-se que um PIB *per capita* maior apresentasse significância estatística com a qualidade da informação contábil, tendo em vista que, nesse caso, presume-se que por gerar uma maior riqueza, o município teria melhor estrutura de profissionais e uma população que exigiria, através do controle social, um melhor nível de divulgação de informações. No entanto, diferentemente do esperado, foi observado que não há significância estatística entre o PIB *per capita* e qualidade da informação contábil elaborada e divulgada pelo município.

Esse resultado difere dos encontrados por Silva (2019) que afirma que “o PIB *per capita* (excluída arrecadação), o IDHM e o porte populacional interferem positivamente para a melhoria da qualidade das informações municipais, mas as últimas duas variáveis se mostraram mais significantes estatisticamente”. No entanto, o resultado corrobora os achados de Gomes e Silva (2022) que identificaram que não há uma associação significativa e positiva entre o PIB *per capita* e a nota no *ranking* da qualidade da informação contábil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado neste artigo verifica a relação entre o nível de maturidade das atividades de controle interno e a qualidade da informação contábil elaborada e divulgada pelos municípios. Os resultados apontam para o fato de que há uma significância estatística entre o nível de maturidade do Controle Interno e a qualidade da informação contábil. Esse resultado reforça a discussão acerca da importância de os municípios estruturarem controles internos robustos e eficazes com vistas a aprimorar constantemente o nível de qualidade da informação contábil divulgada, que é tão relevante para o controle social, bem como para o cumprimento das obrigações do ente.

Durante o artigo foi demonstrado inúmeros benefícios, no âmbito da elaboração de relatórios contábeis, que justificam a instituição e manutenção de um bom sistema de controle interno, tais como: registro correto das transações, mitigação dos riscos de erros e fraudes, conformidade com a legislação e aprimoramento da transparência e prestação de contas. Adicionalmente, o estudo mostra que o PIB per capita não é estatisticamente significativo em relação à qualidade da informação contábil elaborada e divulgada pelo município.

O presente trabalho faz uma contribuição de modo prático para os gestores municipais no que tange à conscientização e sensibilização da necessidade de implantação e manutenção de controles internos robustos com vista a contribuir com uma melhor elaboração e divulgação de informações contábeis. Adicionalmente, esse artigo também pode ser útil aos órgãos de controle em razão de evidenciar a relação entre os controles internos dos municípios e a qualidade das informações que constam nos relatórios contábeis que podem, eventualmente, ser alvo de fiscalização por tais órgãos.

Novos estudos sobre o tema podem ser realizados aumentando a quantidade de municípios analisados. Além disso, pode ser desenvolvido um estudo de modo a verificar qual seria o modelo do Sistema de Controle Interno mais adequado, ou seja, quais seriam as características essenciais para um Sistema de Controle Interno efetivo e eficaz, bem como se haveria outras características relevantes que não foram objeto de análise no presente estudo.

REFERÊNCIAS

- Al-Kharusi, J. K. N. Y., & Matriano, M. T. (2022). *The impact of internal control systems on the quality of financial reports*. *Global Scientific Journal*, 10(6), 1584–1597.
<https://www.researchgate.net/publication/362157063>.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal.
- Castro, R. P. A. (2014). *Sistema de controle interno: Uma perspectiva do modelo de gestão pública gerencial*. Belo Horizonte: Fórum.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2008). *NBC T 16.8 – Controle Interno*. Brasília, DF: CFC. https://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1135_2008.htm.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2016). *NBC TSP – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral da Administração Pública*. Brasília, DF: CFC. <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>.
- Desimone, S. M. (2017). *Internal audit and financial reporting quality in the public sector* (Economics Department Working Paper No. 183). College of the Holy Cross. https://crossworks.holycross.edu/econ_working_papers/183.
- Dewi, R., & Hoesada, J. (2020). The effect of government accounting standards, internal control systems, competence of human resources, and use of information technology on

quality of financial statements. *International Journal of Innovative Research and Advanced Studies*, 7(1), 4–10. www.ijiras.com.

Gomes, N. C., & Silva, M. C. (2022). Análise dos fatores explicativos do ranking da qualidade da informação contábil e fiscal. *Revista de Globalización, Competitividad y Gobernabilidad*, 16(3), 101–116. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8577507>.

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360.

Luo, M. (2017). Enterprise internal control and accounting information quality. *Journal of Financial Risk Management*, 6, 16–26. <https://doi.org/10.4236/jfrm.2017.61002>.

Montesquieu. (2002). *O espírito das leis* (P. V. Mota, Trad., 7ª ed.). São Paulo.

Mursyida, I., & Maulina, R. (2023). The role of internal audit and internal control on the quality of financial reports at PT. ABC. *Jurnal Ilmiah Manajemen Kesatuan (JIMKES)*, 11(3), 695–702. <https://jimkes.stie-kesatuan.ac.id>.

Oliveira, C. B., & Fontes Filho, J. R. (2017). Problemas de agência no setor público: O papel dos intermediadores da relação entre poder central e unidades executoras. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 596–615.

Silva, C. C. (2019). *O nível de consistência das informações contábeis dos municípios brasileiros* [Dissertação de Mestrado Profissional, Fundação Getúlio Vargas]. <https://repositorio.fgv.br/items/e34b023c-8fa0-413b-aeca-1aac5b5da93f>.

Vitolla, F., Raimo, N., & Rubino, M. (2020). Board characteristics and integrated reporting quality: An agency theory perspective. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27, 1152–1163. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/csr.1879>.